

## A DETERMINAÇÃO DO DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO NA CRISE DA ECONOMIA CAPITALISTA

*Edilson Biondi<sup>1</sup>, Edson Aparecida Araújo Querido Oliveira<sup>2</sup>*

1 - Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi 2911-Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos– SP –Brasil – biondi.p@zipmail.com.br

2 – Professor Assistente Doutor, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Shishima Hifumi 2911-Urbanova, 12244-000-São José dos Campos, SP- Brasil – edson@vdr.cta.br

**Palavras-chave:** Desemprego, Salário, Estabilidade econômica.

**Área do Conhecimento:** VI - Ciências Sociais Aplicadas

**Resumo** - Atualmente há um grande interesse pelo tema do desemprego devido às altas taxas apresentadas em grande parte do mundo. Os altos índices atingem países como França, Alemanha e Espanha. No Brasil verificamos taxas exorbitantes como a de 17,8% da PEA na região metropolitana de São Paulo ) segundo o índice da fundação SEADE. Essa taxa é alarmante não apenas devido a sua magnitude, mas também porque superou taxas correspondentes aos meses de janeiro da década de 80, que foi considerada a época na qual o Brasil mergulhou em uma das piores crises de sua história.

### Introdução

O tema do desemprego pode ser analisado através dos mais diversos enfoques; por exemplo através da abordagem neoclássica que considera o desemprego como fruto de imperfeições do livre funcionamento do mercado ou da abordagem Pós-Keynesiana, que decidiu-se adotar por achar esta uma explicação mais adequada para o problema. Isso porque entende-se que grande parte dos desempregados não conseguem emprego mesmo aceitando o salário vigente, o que para Keynes constitui o desemprego involuntário, inexistente na teoria neoclássica. Esse tipo de desemprego que a princípio pode parecer intuitivo para muitos foi algo inovador, pois antes de Keynes apenas se considerava o desemprego friccional e o voluntário, como ainda o fazem os neoclássicos.

Para os neoclássicos um trabalhador sempre encontraria emprego, caso isso não ocorresse significaria que ele deveria procurar trabalho em uma área que não possuísse excesso de oferta de mão-de-obra (é o chamado desemprego friccional). Por exemplo se um

engenheiro não estivesse encontrando emprego na sua área e ao mesmo tempo existisse espaço para mais vendedores de cachorro quente, ele deveria deslocar sua mão-de-obra para esse mercado. Outra possibilidade de emprego para ele seria procurar trabalho em uma região física diferente da que ele se encontra.

Se esse engenheiro mesmo querendo mudar de área e região não encontrasse trabalho, as únicas explicações para a persistência do desemprego seria a não-aceitação dos salários vigentes (desemprego voluntário) ou a ocorrência de imperfeições no livre funcionamento do mercado; que pode ser ocasionada pela rigidez salarial imposta por sindicatos, leis ou outras instituições.

Keynes considerava errada essa maneira conformista de teorizar o desemprego pois para ele, abaixo do nível de pleno emprego, além do desemprego friccional e voluntário existia o desemprego involuntário que é o ponto central de sua análise.

O desemprego, para os Pós-Keynesianos, deve ser compreendido não apenas a partir do mercado de trabalho, mas sobretudo através do mercado de bens. Isso se deve ao

fato de considerarem que o equilíbrio entre a demanda e oferta agregada determina a quantidade de trabalho empregada na economia, e aceitam que possa haver diversos equilíbrios no mercado de bens que não correspondam ao pleno emprego.

O problema do desemprego, assim, não pode ser solucionado dentro do mercado de trabalho, devido a sua falta de autonomia em relação ao mercado de bens. Então, tomar medidas para solucionar o desemprego dentro do mercado de trabalho, como cortes nos salários nominais (saída neoclássica para o problema), não aumentaria o nível de emprego. A solução se encontraria então, em medidas que induzissem o aumento do investimento, determinado no mercado de bens.

Por isso, para explicar o mercado de trabalho não-autônomo os Pós-Keynesianos rompem com a teoria neoclássica e adotam o pressuposto de que a demanda agregada é endógena ao sistema aceitando também a hipótese de que a demanda por mão-de-obra determina, em níveis abaixo do pleno emprego, a quantidade de trabalho empregada. O trabalhador, assim, apenas maximiza a sua desutilidade marginal no nível de pleno emprego.

Consideram também que os trabalhadores não possuem ilusão monetária, ou seja, para um dado aumento de preços eles têm a plena percepção da queda de seus salários reais.

Os trabalhadores mesmo possuindo uma percepção da variação do salário real, não têm controle algum sobre ele, porque apesar de terem poder de barganha em relação a seus salários nominais, não possuem influência nenhuma sobre os preços. Isso ocorre principalmente porque é no mercado de bens que são determinados os preços que agem diretamente sobre os salários reais do mercado de trabalho. Portanto o fato de estarem atrelados a contratos, faz, também, com que não consigam adaptar os seus salários a cada variação que ocorre no nível de preços.

Os Pós-Keynesianos adotam, no entanto, dois dos pressupostos neoclássicos, que são:

- As firmas são maximizadoras de lucro;

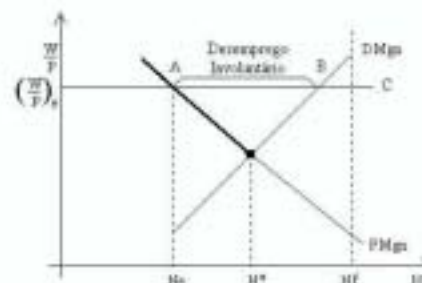
- Elas trabalham com uma tecnologia que apresenta rendimentos marginais decrescentes.

Segundo o pressuposto da maximização de lucro, considera-se que os empresários têm o conhecimento da quantidade de trabalho que necessita um determinado salário (mantendo os demais fatores constantes). Portanto, quanto maior o salário real menor o número de trabalhadores contratados.

Também utilizam a mesma curva de oferta de trabalho que os neoclássicos, a diferença é que adotam o postulado que considera a desutilidade marginal do trabalho igual ao salário real apenas para determinar o limite máximo que o emprego pode assumir; o nível de pleno emprego. E é apenas nesse ponto que o postulado é válido.

Abaixo do pleno emprego o salário real é maior do que a desutilidade marginal do trabalho ocasionando então, os três tipos de desemprego (voluntário, involuntário e friccional). Veja o gráfico a seguir:

Gráfico:1



Considerando o ponto A, no gráfico acima, como a quantidade de trabalho empregada na economia tem-se que a sua distância até o ponto B (oferta de mão-de-obra ao salário  $(w/p)_e$ ), representa o desemprego involuntário.

O seguimento BC, por sua vez, mostra a quantidade de desemprego voluntário na economia, que é a diferença entre a quantidade de mão-de-obra ofertada e a fisicamente existente. O desemprego friccional como ilustrado acima, depende da organização institucional do mercado e está representado em cada ponta da oferta de trabalho.

A quantidade de trabalho absorvida na economia é definida no mercado de bens através do equilíbrio entre a demanda e oferta de bens e serviços. Esse equilíbrio é denominado demanda efetiva e pode corresponder a qualquer nível de emprego, abaixo ou igual ao pleno emprego.

O ponto de equilíbrio correspondente ao pleno emprego, é atingido quando um determinado nível de demanda agregada é capaz de absorver toda a oferta de bens e serviços, de tal forma que não haja desemprego involuntário na economia. Ou seja, todos os fatores estão plenamente empregados.

Como a demanda agregada determina o nível de produção, caso haja uma redução dela, ocorrerá um excesso de oferta de produtos no mercado de bens que induzirá os produtores a utilizar menos fatores (insumos e mão-de-obra), agravando, portanto, o problema do desemprego.

A demanda agregada é composta por investimento, consumo e gastos do governo. O investimento por sua vez, é função da taxa de juros que é determinada no mercado monetário através do equilíbrio entre a demanda por liquidez e o estoque, de moeda. Sendo que a escolha pelo investimento é feita através da comparação entre a taxa de juros do mercado e a eficiência marginal do capital, que é uma taxa que exprime a relação entre o rendimento futuro de uma unidade adicional de capital e o custo dele. Portanto se a taxa de eficiência marginal do capital for mais alta ou igual a taxa de juros de mercado o empresário decidirá investir. Caso contrário, aplicará o capital no mercado financeiro.

Como o investimento é fundamental na determinação da demanda agregada, altas taxas de juros implicam baixos níveis de investimento, tendo como resultado queda na produção que acaba por induzir o empresário a contratar menos mão-de-obra e a agravar o problema do desemprego.

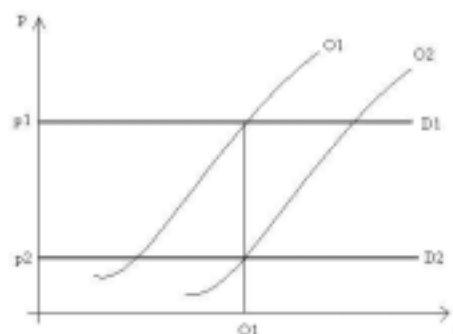
A redução ou aumento da demanda agregada pode ser vista também pela ótica dos vazamentos e injeções de renda. Por exemplo, quando ocorrem aumentos de poupanças, tributos e importações, há vazamentos de renda na economia ocasionando quedas na demanda agregada. Por outro lado, quando há despesas com investimentos, ocorrem injeções de renda que geram um aumento na demanda agregada.

Portanto injeções na renda de uma economia levam a uma expansão da oferta agregada de bens, e do nível geral de emprego.

Assim para os Pós-Keynesianos, a solução neoclássica de queda nos salários nominais para permitir a queda nos salários reais e conseqüentemente aumento de emprego é inócua; não existem razões para que a demanda efetiva aumente com a queda nos salários nominais, e portanto o nível geral de emprego também não tem porque se alterar.

A queda nos salários nominais significa redução de custos para todas as empresas e o deslocamento para baixo nas suas curvas de custos marginais; isto significa que a igualdade entre receita marginal e custo marginal pode se estabelecer a um mesmo volume de produção, porém com preços mais baixos; os preços caem porque a queda no salário não significa apenas uma redução de custos, mas também uma redução de demanda efetiva, já que o salário também é uma das funções da demanda agregada. Vide o gráfico:

Gráfico:2



## Conclusão

Portanto quando realmente se quer atingir o ponto de pleno emprego pela solução Keynesiana, deve-se aumentar o investimento, para haver um incremento na demanda agregada e na produção. Como resultado, (quando considera-se os rendimentos marginais como sendo decrescentes) esse incremento levará a uma produtividade marginal menor e conseqüentemente a um menor salário real. Dessa maneira pode-se perceber que o problema gerador do desemprego, pela teoria Keynesiana, é a insuficiência de demanda

agregada, pois ocasiona uma redução na produção e conseqüentemente na demanda por trabalho.

Uma saída possível para reduzir essa queda na procura por trabalhadores é uma atuação efetiva do Estado por meio de gastos públicos, que compensem a falta de demanda agregada privada, e através de incentivos aos investimentos, via redução de carga tributária. Esses mecanismos fiscais compensariam a falta de gastos privados e poderia elevar o nível de emprego.

### **Bibliografia**

[www.uol.com.br](http://www.uol.com.br)

[www.bancocentral.gov.com.br](http://www.bancocentral.gov.com.br)

[www.bancodobrasil.com.br](http://www.bancodobrasil.com.br)

[www.ig.com.br](http://www.ig.com.br)